

ENTIDADE NACIONAL DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

Os professores presentes ao II Encontro Regional realizado na Universidade Santa Úrsula no dia 15/10/1980, considerando urgente a discussão sobre Entidade Nacional, encaminham as Associações de Docentes do Rio de Janeiro e as Comissões Pró-Associação a necessidade de colocar esse assunto na pauta das Assembléias Gerais que venham a realizar nos dias 5 e 6 de novembro e de abrir este debate em todas as unidades. É essencial que os delegados eleitos para o Congresso, a ser realizado em Campinas, representem o posicionamento do conjunto dos docentes de cada Instituição de Ensino Superior do Rio de Janeiro.

Para facilitar este debate estamos publicando as propostas e idéias que discutimos no Encontro Regional a respeito da Entidade Nacional.

I - HISTÓRICO

Nos últimos dois anos, os professores universitários, de todo o país, através de suas Associações de Docentes, vem encaminhando lutas conjuntas. Hoje a articulação nacional de AD's é uma realidade constatada pelo grau de participação nos encontros Nacionais de AD's e cuja expressão mais recente foi a paralisação de 33 universidades durante a Semana Nacional de Mobilização e Luta, nos dias 8 a 15 de setembro.

A idéia da criação de uma Entidade Nacional existia há algum tempo mas era considerada prematura pela maioria dos docentes. Durante o Encontro Extraordinário do Rio de Janeiro, avaliada a situação do movimento, decidiu-se pela convocação para um Congresso Nacional a realizar-se em Campinas, São Paulo, nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 1981, que irá deliberar sobre a criação da Entidade Nacional.

II - ENCONTRO REGIONAL DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS - Rio, 15/10/1980

Os professores presentes ao II Encontro Regional constataram a oportunidade de criação de uma entidade nacional de docentes universitários, devido a existência de um movimento unificado nacionalmente, o que foi comprovado pela paralisação de 8 a 15 de setembro. A unidade nacional de nosso movimento garantiu não só a coincidência de objetivos mas, também, a organização de parcelas significativas, que articulam-se nacionalmente na defesa desses objetivos.

Os docentes das Universidades Federais autárquicas lutam em todo o país por três reivindicações básicas: 1) Reajuste Salarial de 48% retroativo a março de 1980, como reposição salarial relativa aos valores de 1970; 2) Envio ao Congresso Nacional do projeto de carreira do ciente elaborado pelo MEC; 3) Reajustes salariais semestrais. Essas rei-

vindicações referem-se a um corpo de problemas comuns a todas as Instituições de Ensino superior tanto públicas, quanto particulares. Os docentes das Fundações Federais lutam pela revogação da lei 6.733, que permite ao Presidente da República a nomeação dos dirigentes universitários sem consulta à comunidade acadêmica; lutam ainda por mais verbas para a Educação e pela inclusão de seus professores no projeto de carreira apresentado para as Federais Autárquicas.

O movimento dos docentes nas principais Instituições de Ensino Superior Particulares do país, vem centrando-se na defesa da estabilidade de um ano para os professores, na gestão dessas instituições pela comunidade acadêmica, pelo estabelecimento de uma carreira docente e por melhores salários.

Os docentes das Universidades Públicas e Particulares reivindicam também:

- 1) Democracia interna e maior participação da comunidade acadêmica na gestão administrativa e financeira da Universidade. Eleição direta para os Dirigentes Universitários.
- 2) Autonomia Universitária - No caso das públicas trata-se de diminuir a intervenção do Estado na vida acadêmica, e no caso das particulares, trata-se de impedir que as famigeradas "mantenedoras" engordem à custa do ensino superior, revertendo a atual tendência mercantilista que embutece o ensino, explora os docentes e esvazia a vida acadêmica. A luta contra a subordinação das Instituições de Ensino Superior ao Conselho Federal de Educação, que indevidamente, impõe currículos, conteúdos e programas, é comum aos docentes das Universidades Públicas e Privadas.
- 3) Mais verbas para a Educação - aponta para a mudança das prioridades e do papel do Estado neste setor, como forma de se atingir o Ensino Público e Gratuito em todos os níveis.

Os professores presentes ao Encontro Regional consideraram que a Entidade Nacional a ser criada deverá ser o agente que dará organizade a essas lutas, consolidando o movimento nacional já articulado, das federais autárquicas, articulando os diversos movimentos isolados e estimulando sua criação onde ele ainda não existe.

A Entidade Nacional é, portanto, um dado do movimento dos docentes universitários. A atual Coordenação Nacional já cumpriu seu papel e, hoje, não mais atende as exigências da luta dos professores: temos necessidade de um organismo democrático, mais representativo, mais organizado, com mais recursos materiais e jurídicos e com poder deliberativo. Construir uma Entidade democrática que atenda aos interesses dos docentes universitários é a grande questão. Seguramente, não existem fórmulas prontas: a resposta deve surgir de um amplo debate nas várias IES. Busca-se, fundamentalmente, uma entidade democrática, de professores e não de diretorias de Associações Docentes. Uma entidade claramente apartidária, po-

rém não apolítica. Neste sentido, alguns pontos foram levantados e discutidos durante o II Encontro Regional de Docentes Universitários.

a) Congresso como órgão máximo

A EN deve ter como órgão máximo de deliberação o Congresso, com delegados eleitos diretamente nas bases - e não indicados pelas diretorias de AD's - obedecendo a um critério de proporcionalidade, de tal modo que cada AD tenha o seu peso específico reconhecido.

b) EN de Docentes e não de Diretorias de AD's

Não se pretende reproduzir o esquema tradicional de federação de diretorias, sempre distanciadas das bases. É preciso assegurar que os interesses da categoria estejam representados em toda a sua extensão. A estrutura da EN deve ser de tal natureza que as correntes minoritárias nas AD's, a nível local, tenham condições de se expressar a nível nacional.

c) Filiação

Nas IES onde existirem AD's ou Comissões Pró AD's, a filiação deve ser feita através delas. Caso não existam AD's nem Comissões Pró, ou se estas não se filiarem à EN, devem haver meios que assegurem aos docentes interessados sua filiação.

d) Fortalecimento das AD's

Por outro lado, os mecanismos de representação e de filiação não devem implicar, de modo algum, no enfraquecimento das AD's. Estas devem ser reconhecidas como instâncias privilegiadas, pois é nelas que as bases se expressam diretamente. Fortalecer as AD's não significa fortalecer suas diretorias, mas sim aumentar o grau de engajamento e mobilização dos professores. A EN deve estimular a formação de AD's em todas as Instituições de Ensino Superior.

e) Diretoria

Na formação da Diretoria devem ser consideradas as várias regiões do país e os diversos setores do ensino do 3º grau: Instituições Públicas (Autárquicas Federais, Fundações Federais, Estaduais) e Instituições Privadas (Universidades Confessionais ou não e Escolas Isoladas). Isto nos levará, certamente, a uma Diretoria bastante numerosa, tornando-se necessário que uma parte desta tenha caráter executivo.

f) Estrutura Regional

Devem existir também órgãos que atendam às especificidades regionais do ensino do 3º grau (e assegurem a democracia). Trata-se de um ponto problemático, dado a própria natureza da entidade proposta; ela man-

tém um aspecto federativo, pois se estrutura a partir das AD's, mas busca uma integração maior do que a que pode ser dada por uma coordenação de entidades e uma democracia mais real do que a que seria assegurada por uma Federação de diretorias, nos moldes das existentes no sindicalismo brasileiro. Que instâncias regionais devemos, então, criar? Eis algumas sugestões:

- 1 - Coordenação Regional/Estadual nos moldes atuais
- 2 - Diretoria Executiva da EN concentrada em uma região, com Vice-Presidência a nível Estadual/Regional.
- 3 - Estrutura Regional da EN semelhante a da SBPC, com Secretarias Regionais/Estaduais.
- 4 - Rodízio de AD's no exercício da representação da EN a nível Regional /Estadual.

g) Estrutura Intermediária

Uma preocupação que se impõe é aquela relacionada ao problema da estrutura intermediária entre o Congresso e a Diretoria da EN. O Congresso, órgão soberano e democrático, não pode ser convocado com frequência. A criação de um conselho de Entidades (como os atuais Enads) parece ser uma solução.

h) Deliberações Consensuais

Existe uma grande diversidade de IES (Autarquias Federais, Fundações Federais, Estaduais, particulares Confessionais, não Confessionais e Isoladas), cada uma com características próprias. É fundamental, portanto, que a EN reflita essa realidade diversificada e atenda às especificidades de cada setor. Além disso, a EN deve se constituir na instância unificadora da luta dos professores que trabalham tanto em instituições públicas como em instituições particulares, já que essa entidade deve representar todos os docentes e não grupos ou parcelas.

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ASSOCIAÇÕES DOCENTES

ADUR-RJ	ADUFRJ	ADUSU	ADCUP	ADUFF
DOCEND	ADFOC	ADP-FGV	ASDUEERJ	